

Ministro não aprova Selic a 15% ao ano, mas defende Galípolo

A reação partiu também de setores produtivos, de consumo e de analistas de mercado

Por Martha Imenes

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano, embora fosse esperada, recebeu, mais uma vez, críticas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que avaliou que o patamar elevado impõe desafios à trajetória da dívida pública. Representantes de setores produtivos e de consumo, entidades e analistas de mercado também discordaram da manutenção da taxa.

Nesta quinta-feira (29), Haddad falou sobre o comunicado do Banco Central, que indicou a possibilidade de corte dos juros em março, o ministro disse que a redução vai ajudar na dívida pública, que subiu 18% no ano passado.

“O anúncio de que vai começar a cortar juro vai fazer essa trajetória se acomodar em um patamar razoável. Porque, na verdade, pagando 10% de juro real, não tem superávit primário compatível com a estabilização da dívida”, pontuou.

O ministro confirmou a aber-

tura de procedimento interno pelo Banco Central para verificar se houve falhas de procedimento em processos relacionados ao Banco Master e defendeu a atuação do órgão e de seu presidente, Gabriel Galípolo: “É assim que uma instituição, na minha opinião, deve agir”.

A Selic começou a trajetória de alta em junho passado. No mês anterior estava em 14,75% ao ano. Esse patamar (15%) vem sido mantido desde aquele mês. A expectativa é de que em março essa trajetória comece a recuar, conforme explicação do BC.

Confira

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) foram algumas das entidades que criticaram a manutenção dos juros altos mesmo diante de um cenário de estabilidade econômica.

De acordo com a CNI, a cautela defendida pelo Banco Central ignora a queda da inflação e os danos que o atual patamar da Selic causa à sociedade.

“O Banco Central deveria ter iniciado o ciclo de redução dos juros há muito tempo. Ao manter a Selic ao nível insustentável, o Copom prejudica a economia, aprofundando a desaceleração do crescimento. É indispensável que a flexibilização da política monetária comece já na próxima reunião”, defende Ricardo Alban, presidente da CNI.

“O Brasil precisa de um ambiente de negócios mais favorável, que incentive o consumo e o investimento. Juros persistentemente altos dificultam o crescimento e travam a geração de empregos”, reforçou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

A avaliação da Fiemg é de que a taxa em patamar elevado tende a prolongar os efeitos adversos já percebidos na economia, ao restringir investimentos produtivos, encarecer o crédito, elevar os custos de produção e comprometer a competitividade da indústria.

Equilíbrio

“É necessária uma política monetária mais equilibrada, que consiga conciliar o controle da inflação com o estímulo ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento da competitividade da indústria nacional”, afirma Flavio Roscoe, presidente da Fiemg.

Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, o cenário de juros altos limita tanto a demanda por imóveis quanto a capacidade das empresas de viabilizar novos projetos. Segundo ele, o impacto vai além do crédito habitacional e atinge toda a cadeia produtiva do setor.

Crédito imobiliário

“Uma política monetária contracionista encarece o crédito imobiliário, reduz a demanda por novos empreendimentos e desacelera a atividade da construção. Juros altos aumentam os custos, restringem o acesso ao financiamento e afetam a confiança dos investidores”, afirmou.

Já a Abrainc avalia que a taxa de “juros nesse patamar por um

período tão longo tornam o crédito mais restrito, desestimulam investimentos produtivos e afetam diretamente setores intensivos em mão de obra, como a construção civil”.

A associação pontua que cada 1 ponto percentual de queda da Selic poderia gerar uma economia anual de R\$ 55 bilhões a R\$ 60 bilhões, recursos que hoje são drenados para o serviço da dívida, em detrimento do investimento, da produção e da expansão do emprego.

Centro da meta

De acordo com a avaliação da CNI, ao manter os juros em 15%, o Banco Central desconsidera diversos sinais que permitiam a redução da Selic de forma imediata. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por exemplo, subiu 4,26% em 2025; abaixo do teto de inflação (4,5%), e do IPCA de 2024 (4,83%).

Já as expectativas de inflação caminham para o centro da meta, que é de 3%. Conforme as últimas projeções do Boletim Focus, o IPCA deve fechar 2026 com alta de 4%.



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avalia que há espaço para os juros caírem

O que dizem os analistas

Flávio Serrano, economista-chefe do Banco BMG

“O Copom decidiu manter a taxa básica de juros inalterada em 15% ao ano, conforme amplamente esperado. Esperava-se alguma alteração na comunicação do BC, indicando um possível início de flexibilização na próxima reunião. Havia diversas opções possíveis na mesa, mas os membros do comitê escolheram a mais clara possível, voltando a usar o ‘forward guidance’. Ou seja, o Copom escreveu que antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar o processo de corte de

juros na próxima reunião, que acontecerá em março”, explica.

Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad

O Copom manteve a Selic em 15% ao ano, conforme amplamente esperado, em decisão unânime, mas com um tom claramente mais dovish (suave) no comunicado. Ao sinalizar maior confiança no processo desinflacionário, ainda que com cautela diante de expectativas desancoradas, a mensagem do comitê foi a de que o ciclo de flexibilização está se aproximando.

Eduardo Tellechea Cairolí, CEO da Privatto Multi Family Office



Essa foi a quinta vez que o Copom decidiu manter a taxa Selic em 15%

“O avanço do ciclo de queda dos juros dependerá não apenas da dinâmica inflacionária, mas de sinais mais consistentes de compromisso com a sustentabilidade fiscal. A manutenção da

Selic prolonga os efeitos de um custo de capital elevado. Empresas mais alavancadas tendem a sentir maior pressão sobre margens e investimentos, enquanto o consumo permanece moderado — especialmente em setores mais sensíveis ao crédito”, pondera.

Raphael Vieira, co-head de Investimentos da Arton

Advisors

“Na prática, o Copom tenta equilibrar duas forças: de um lado, há espaço técnico para começar a cortar juros; de outro, falta confiança para acelerar esse movimento sem comprometer a

credibilidade do regime de metas. O tom do comunicado indica que esse início de processo é mais uma decisão de gestão de risco do que uma convicção plena de que a inflação já está controlada”, avalia.

Roberto Simioni, economista-chefe da Blue3 Investimentos

“O ano de 2026 se configura como um dos mais desafiadores para a política econômica global. Tanto no Brasil quanto nos EUA, a interação entre políticas fiscais expansivas e a resiliência da inflação de serviços demanda uma condução monetária técnica e independente. Manter uma postura cautelosa e menos otimista que o consenso permite proteger os portfólios contra a volatilidade e a repacificação súbita de prêmios de risco que as incertezas políticas e fiscais de 2026 certamente trarão”, destaca.